



APLICABILIDADE DA LICITAÇÃO ELETRÔNICA NO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

APPLICABILITY OF ELECTRONIC BIDDING IN THE PROCESS OF ACQUISITION OF GOODS AND SERVICES OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF SANTA MARIA

Thiago Eliandro de Oliveira Gomes, UNIPAMPA, teogomes26@gmail.com

Roselaine Ruviaro Zanini, UFSM, rrzanini63@gmail.com

RESUMO

A gestão pública no Brasil carrega o dever de dar apoio necessário a garantir que os interesses coletivos da sociedade sejam expandidos. Todavia, para o cumprimento destas, deve haver harmonia entre a qualidade desejada nos serviços prestados e a redução nos custos de operacionalização. Assim, a administração pública emprega em suas práticas de gestão, o uso frequente da licitação eletrônica, para a contratação de bens e serviços. O objetivo do trabalho é o de adotar uma abordagem quantitativa para investigar as relações existentes entre as variáveis que causaram impacto nos pregões eletrônicos da UFSM. O tratamento dos dados e realização da análise quantitativa dos resultados deu-se pela análise descritiva seguida por estudo da correlação. Os resultados evidenciaram que existe correlação significativa, porém fraca e inversa, indicando que à medida que diminui o número das empresas licitantes, aumenta a variação percentual ou vice-versa, dada na contratação da prestação de serviço. Logo, conclui-se que as variáveis estudadas causam impacto nos pregões eletrônicos da UFSM.

Palavras-chave: Gestão Pública. Licitação. Correlação.

ABSTRACT

Public management in Brazil carries the duty of providing the necessary support to ensure that the collective interests of society are expanded. However, to comply with these, there must be harmony between the quality desired in the services provided and the reduction in operating costs. Thus, the public administration uses in its management practices, the frequent use of electronic bidding, for the contracting of goods and services. The objective of this work is to adopt a quantitative approach to investigate the relationship between the variables that caused impact in the UFSM electronic precincts. The data treatment and the quantitative analysis of the results were carried out by the descriptive analysis followed by a correlation study. The results showed that there is a significant but weak and inverse correlation, indicating that as the number of bidding companies decreases, the percentage variation increases or vice versa, given the contracting of the service provision. Therefore, it is concluded that the studied variables have an impact on the UFSM electronic precincts.

Keywords: Public Administration. Bidding. Correlation.



1. Introdução

A gestão pública no Brasil, através dos seus administradores públicos, carrega o dever de dar apoio necessário para garantir que os interesses coletivos da sociedade sejam expandidos, além perseguir um dos maiores objetivos da administração: a busca da eficiência (Silva & Mattia, 2016) através da promoção dos serviços básicos com qualidade à sociedade (Carneiro, 2010).

Todavia, no desenvolvimento das ações necessárias ao cumprimento dos interesses coletivos, deve haver harmonia entre a qualidade desejada nos serviços prestados e a redução nos custos de operacionalização, fazendo com que a administração pública venha a seguir normas e procedimentos de cunho obrigatório determinado por princípios constitucionais dos quais prevê que, todo processo de contratação, seja precedido e regulamentado pela Lei de Licitações e Contratações Públicas (Constituição, 1988; Lei n. 8.666, 1993).

Diante das percepções, estabelece-se o objetivo do presente trabalho de adotar uma abordagem quantitativa para investigar as relações existentes entre as variáveis que causam impacto nos pregões eletrônicos da UFSM.

2. O papel da gestão pública no processo de compras

Diante da necessária aplicação de recursos, as compras públicas compõem um significativo fragmento do gasto público e, portanto, é primordial a redução dos custos de operacionalização (Faria et al., 2011). Assim, a administração pública adota, em suas práticas de gestão, o uso frequente da modalidade de licitação, conhecida como pregão, em sua forma eletrônica, para a contratação de bens e serviços (Lei n. 10.520, 2002; Bittencourt, 2010).

Essas licitações eletrônicas têm por objetivo a seleção da proposta mais vantajosa para o ente público sob uma operacionalidade ao menor custo possível, contrariando modalidades já tradicionais de licitações (Lei n. 8.666, 1993; Bittencourt, 2010; Faria et al., 2011; Di Pietro, 2013).

3. Materiais e métodos

A pesquisa constitui-se de um estudo de caso realizado na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) localizada na cidade de Santa Maria, por se tratar de órgão da Administração Pública Indireta, e está submetida a procedimentos específicos e padronizados pela legislação que rege as licitações.

Os dados utilizados foram obtidos do Painel de Compras Governamentais do Sistema



Integrado de Serviços Gerais e referem-se às informações mensais dos processos de compras públicas (MP, 2017). A base de dados contém 72 observações, entre período de janeiro de 2011 a dezembro de 2016.

O procedimento consistiu em análise descritiva e, posteriormente, estudo da correlação, explorando as relações entre as variações percentuais mensais geradas a partir da diferença do preço estimado pela administração e do preço final ofertado pelo licitante, com o número de licitantes em cada pregão realizado. Todos os testes estatísticos foram realizados levando em conta a avaliação da significância estatística do coeficiente angular a um nível de 5% e realizadas com o uso do *software Statistica* versão 9.1.

4. Apresentação dos Resultados

Na Tabela 1 observou-se que os coeficientes de variação estão entre 52,97% e 91,57%. Também foi evidenciada a variação entre 14,94 a 284,05 para desvios-padrão. A variação relativamente à média foi de 52,97% para a variável número de pregões, indicando que a medida que melhor tipificou o conjunto de dados por existir uma maior homogeneidade dos dados, enquanto que para a variável material, de 91,57% indica a maior variabilidade observada.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas da variação percentual entre o valor estimado e final para as despesas em serviço e material, e do número de pregões e licitantes, para período 2011 a 2016

Variações	Média Mensal	Desvio-Padrão	Coefficiente de Variação (%)	Mínimo	Máximo	TOTAL
Material (%)	26,76	24,50	91,57	-38,99	85,59	1.926
Serviço (%)	42,07	26,04	61,89	0,13	99,11	3.029
Pregões (n)	28,22	14,94	52,97	3,00	65,00	2.032
Licitantes (n)	400,22	284,05	70,97	15,00	1.219,00	28.816

Fonte: Autores (2017).

Os percentuais dos valores economizados em contratações de prestação de serviço e aquisições de materiais variaram entre 26,76% a 42,07%, dos quais se assemelham aos resultados encontrados no estudo de Freitas e Maldonado (2013), onde a variações médias das propostas de preços com valores abaixo do estimado pela UFSM foram de 23,62% a menor variação e de 35,45% a maior.



Outro destaque foi em relação ao número de empresas licitantes que participaram dos pregões da UFSM durante os seis anos analisados, que ultrapassou a 28 mil em 2.032 pregões (72,88% para materiais e 27,12% para serviço) realizados, que ao se levar em conta o volume de recursos utilizados, foi economizado um total de R\$ 853 milhões. A seguir apresenta-se a Tabela 2 com os coeficientes da correlação.

Tabela 2 – Coeficientes de correlação (p-valor) entre as variações percentuais do preço estimado e final e o número de licitantes, porte empresarial e despesa

Despesa	Variável	Número de licitantes		
		Microempresa	Pequena Empresa	Outras Empresas
Material	Variação %	0,0970 (p=0,418)	0,0507 (p=0,672)	-0,2321 (p=0,050)
Serviço		0,1836 (p=0,123)	-0,2346 (p=0,047)*	-0,0967 (p=0,419)

Fonte: Autores (2017).

*p<0,05

Constatou-se que houve correlação significativa para o número de pequenas empresas licitantes (p=0,047) durante a contratação de serviços. Os resultados evidenciaram um coeficiente de correlação negativo (-0,2346), o que indica a existência de correlação inversa. As demais correlações analisadas não foram significativas.

5. Considerações finais

Os resultados forneceram subsídios para constatar que o método de compras públicas, com o emprego do pregão eletrônico, trouxe benefícios à UFSM, pelo fato de que a instituição deixou de gastar mais de R\$ 850 milhões dos recursos originados dos cofres públicos, demonstrando que esse formato de compra é economicamente vantajoso para a instituição.

Constatou-se a existência de correlação linear significativa, entre as variações percentuais mensais relacionadas ao número de licitantes em cada pregão realizado. Entretanto, a correlação, foi fraca e inversa, e que à medida que diminuiu o número das empresas licitantes, aumenta a variação percentual ou vice-versa, dada na contratação da prestação de serviço. Logo, conclui-se que as variáveis estudadas causaram impacto nos pregões eletrônicos da UFSM.

Referências bibliográficas

Bittencourt, S.(2010). *Pregão eletrônico*: Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, considerando também a Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno



porte. Belo Horizonte: Fórum.

Ministério do Planejamento [MP] (2014). *Informações Gerenciais de Contratações e Compras Públicas: Janeiro a Dezembro de 2014*. Brasília. Recuperado em 04 de novembro de 2015, de http://www.comprasgovernamentais.gov.br/arquivos/estatisticas/01-apresentacao-siasg-dados-gerais-_2014.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão [MP] (2017). *Painel de compras governamentais*. Brasília. Recuperado em 19 de abril de 2017, de <https://painelcompras.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=PaineldeCompras.qvw&host=QVS@17-0112-b-ias04&anonymous=true>.

Constituição de 1988 (2002). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a emenda constitucional n. 39, de 19-12-2002. São Paulo: Lawbook.

Carneiro, M. F. S. (Org.) (2010). *Gestão pública: o papel do planejamento estratégico, gerenciamento de portfólio, programas e projetos e dos escritórios de projetos na modernização da gestão pública*. Rio de Janeiro: Brasport.

Di Pietro, M. S. Z. (2013). *Direito Administrativo* (26a ed.) São Paulo: Atlas.

Faria, E. R., Ferreira, M. A. M., Santos, L. M. D., & Silveira, S. F. R. (2011). Pregão eletrônico versus pregão presencial: estudo comparativo de redução de preços e tempo. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ* (online), Rio de Janeiro, 16(1), pp. 47-62.

Freitas, M.; Maldonado, J. M. V. (2013). O pregão eletrônico e as contratações de serviços contínuos. *Revista Administração Pública*: Rio de Janeiro. 47(5), pp. 1265-1281.

Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (2002). Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo. Brasília. Recuperado em 23 de abril de 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10520.htm.

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. (2009). Lei de licitações e contratos administrativos e legislação complementar. J. U. Jacoby Fernandes (org.). (10a ed. ampl., rev. e atual.) (Coleção Jorge Ulisses Jacoby Fernandes de Direito Público). Belo Horizonte: Fórum.

Silva, R. R. C. C., & Mattia, C. (2016). Ciência administrativa e gestão pública: uma crítica à primazia do privado em relação ao público. *Cadernos EBAPE.BR*, 14(4), 1054-1060.